

MercadoPago.com Representações Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do MercadoPago.com Representações LTDA. (“Companhia” ou “Mercado Pago”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

O Mercado Pago é uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar as transações que forneçam aos seus usuários mecanismos fáceis e seguros de recebimentos e pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A receita de prestação de serviços do semestre findo em 30 de junho de 2021, montante que resulta substancialmente das tarifas cobradas dos usuários em cada uma das operações, indica um crescimento de 73% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Este aumento também se reflete no valor registrado em depósitos, que são compostos pelos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento sob sua administração.

O plano de negócio do Mercado Pago prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

O Mercado Pago obteve autorização pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. Desta forma, em decorrência da obtenção dessas autorizações, a Companhia adota os procedimentos aplicáveis, inclusive quanto à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

A administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas do
MercadoPago.com Representações Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do MercadoPago.com Representações Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do MercadoPago.com Representações Ltda. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

	Notas	30/06/21	31/12/20
ATIVO			
Disponibilidades	4	361.893	785.959
Instrumentos financeiros		7.518.973	6.983.602
Títulos e valores mobiliários	5.a	4.594.694	4.611.870
Outros Ativos a Receber	5.c	2.924.279	2.371.732
Outros Créditos		167.958	150.502
Impostos e contribuições a compensar		167.958	150.502
Provisão para Chargeback	6	(52.291)	(64.804)
Ativos fiscais diferidos	20.b	155.066	135.987
Imobilizado de uso		70.075	68.979
Depreciações		(28.513)	(25.399)
Intangível	7.a	502.020	355.108
Amortizações	7.a	(185.641)	(147.269)
TOTAL DO ATIVO		8.509.540	8.242.665
PASSIVO			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		8.008.052	7.793.137
Depósitos	8	4.644.991	4.382.469
Relações interfinanceiras	9	140.233	144.244
Obrigações por empréstimos	10	351.392	1.051.044
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	92.272	33.809
Outros passivos diversos	11.a/b	2.779.164	2.181.571
Outras Obrigações		166.763	161.313
Impostos e contribuições a recolher	11.c	166.763	161.313
Provisões	12	21.010	17.930
Obrigações fiscais diferidas	20.b	5.706	4.432
TOTAL DO PASSIVO		8.201.531	7.976.812
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		447.340	347.340
Capital integralizado	13.a	447.340	218.290
Aumento de capital - em aprovação	13.a	-	129.050
Outros resultados abrangentes		(19.801)	(9.811)
Prejuízos Acumulados		(119.530)	(71.676)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		308.009	265.853
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.509.540	8.242.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por cota)

	Notas	30/06/21	30/06/20
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		31.956	46.792
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		31.956	46.792
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(46.359)	90.163
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(26.737)	109.489
Obrigações por empréstimos		(15.468)	(19.143)
Resultado de operações de câmbio		(4.154)	(183)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14	(14.403)	136.955
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(46.110)	(77.987)
Receitas de prestação de serviços	15	3.463.495	1.998.842
Despesas de pessoal	16	(244.006)	(131.493)
Outras despesas administrativas	17	(273.743)	(294.543)
Despesas tributárias	18	(492.688)	(289.883)
Despesa direta por transações de pagamentos	19	(463.033)	(537.051)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	19	(1.056.588)	(553.564)
Outras despesas operacionais	19	(979.547)	(270.295)
RESULTADO OPERACIONAL		(60.513)	58.968
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O PREJUÍZO/LUCRO		(60.513)	58.968
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20	12.659	(24.817)
Provisão para imposto de renda		-	(56.071)
Provisão para contribuição social		-	(20.162)
Ativo fiscal diferido		12.659	51.416
PREJUÍZO/LUCRO DO SEMESTRE		(47.854)	34.151
Quantidade média de cotas		299.481.652	68.289.985
Prejuízo/Lucro básico e diluído por cotas		(0,16)	0,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
Valores em R\$ mil

	30/06/21	30/06/20
Prejuízo/Lucro do semestre	(47.854)	34.151
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	55	(148)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	84	(224)
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	(29)	76
Hedge de Fluxo de Caixa	(10.046)	10.413
Parcela efetiva das mudanças no valor justo	(14.459)	13.400
(Ganhos)/Perdas a diferir para o resultado	(762)	2.414
Imposto sobre valor justo do Hedge de Fluxo de Caixa	5.175	(5.401)
Varição de Outros resultados abrangentes	(9.990)	10.265
Resultado abrangente líquido do semestre	(57.844)	44.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

Valores em R\$ mil

	<u>Nota</u>	<u>Capital Realizado</u>	<u>Aumento de Capital - em aprovação</u>	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</u>		<u>68.290</u>	<u>40.000</u>	<u>(579)</u>	<u>14.300</u>	<u>-</u>	<u>122.011</u>
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	10.265	-	-	10.265
Aumento de capital	13	-	20.000	-	-	-	20.000
Lucro do semestre		-	-	-	-	34.151	34.151
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020</u>		<u>68.290</u>	<u>60.000</u>	<u>9.686</u>	<u>14.300</u>	<u>34.151</u>	<u>186.427</u>
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</u>		<u>218.290</u>	<u>129.050</u>	<u>(9.811)</u>	<u>-</u>	<u>(71.676)</u>	<u>265.853</u>
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	(9.990)	-	-	(9.990)
Aumento de capital	13	229.050	(129.050)	-	-	-	100.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(47.854)	(47.854)
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021</u>		<u>447.340</u>	<u>-</u>	<u>(19.801)</u>	<u>-</u>	<u>(119.530)</u>	<u>308.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
Valores em R\$ mil

	30/06/21	30/06/20
Prejuízo/Lucro do semestre	(47.854)	34.151
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	41.486	26.080
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.512)	17.191
Provisão para contingências	8.523	(2.632)
Juros apropriados de obrigações por empréstimos	15.468	19.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.659)	(51.416)
Total ajustes de reconciliação	(7.548)	42.517
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	60.501	(3.190.619)
Outros créditos	(570.002)	(828.547)
Depósitos	262.521	1.384.172
Outras obrigações	593.590	628.430
Pagamentos de Juros por empréstimos	(26.785)	-
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	(23.281)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	312.277	(1.987.328)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado de uso	(1.097)	-
Alienação de imobilizado de uso	-	7.943
Aquisições de intangível	(146.912)	(78.937)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento	(148.009)	(70.994)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento por obrigações por empréstimos	199.997	1.959.000
Pagamento por obrigações por empréstimos	(888.332)	-
Aumento de Capital	100.000	20.000
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento	(588.334)	1.979.000
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(424.066)	(79.322)
Disponibilidades		
No início do semestre	785.959	216.626
No final do semestre	361.893	137.304
DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(424.066)	(79.322)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O MercadoPago.com Representações Ltda. ("Companhia" ou "Mercado Pago") é constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada no Brasil com sede na Avenida das Nações Unidas nº 3003, Parte E, Bonfim, Osasco, CEP 06233-903, Brasil, sendo seus principais controladores o MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda. e Mercado Pago LLC. O Mercado Pago tem por objeto social ser uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar transações que forneçam aos usuários mecanismos seguros e fáceis para recebimentos e pagamentos. Esta plataforma de tecnologia de serviços de gerenciamento de pagamentos é utilizada tanto para o domínio MercadoLivre.com quanto para outras plataformas de *e-commerce* e estabelecimentos físicos, através do qual as transações de pagamento realizadas pelos compradores são processadas e liquidadas para os vendedores e/ou prestadores de serviços, proporcionando aos usuários, segurança nas transações, flexibilidade e conveniência com os meios de pagamento disponíveis.

O Mercado Pago obteve pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, obteve a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, todas estas conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessas autorizações, a Companhia adota os procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), inclusive quanto à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para *chargeback*; iii) prazo de vida útil do ativo imobilizado; iv) prazo de vida útil de ativos intangíveis; v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes; e vi) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02 que altera a forma de apresentação das demonstrações financeiras. As alterações propostas por essa resolução se resumiram na apresentação de novos agrupamentos e modificações de nomenclatura contábil de certas contas do balanço. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração referente a probabilidade de ocorrência de eventos subsequentes ou futuros que possam impactar certos ativos e passivos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 27 de agosto de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de Disponibilidades, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e

- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários para as categorias aplicáveis, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Mercado Pago, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias "negociação" e "mantidos até o vencimento".

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações a termo de moeda (*Non Deliverable Forward* - "NDF") e contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 que prevê a contabilização do diferencial a receber ou a pagar do valor de mercado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no Ativo ou Passivo, respectivamente, e apropriado ao resultado como receita (quando ganho) ou despesa (quando perda).

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

f) Outros créditos

São representados principalmente pelos valores a receber de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que os adquirentes devem repassar à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma do MercadoLivre.com e outras plataformas de *e-commerce*, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

O Mercado Pago também adota a política de efetuar a antecipação de parte do saldo destes valores. As taxas e os prazos de desconto são negociados a cada operação. Estas transações configuram como transferência de direitos de crédito e, tanto os riscos como os benefícios significativos destes ativos, são assumidos pelas instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida na Demonstração do Resultado quando a Companhia concorda em liquidar antecipadamente um recebível.

g) Provisão para *chargeback*

A provisão para *chargeback* é realizada com base nas contestações dos valores a receber de transações de cartões de crédito junto às adquirentes e que estão em processo de análise, podendo ocasionar perdas futuras. A provisão é estimada utilizando-se o critério desenvolvido internamente pela Administração que leva em consideração um percentual aplicável sobre o total das transações realizadas.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("*impairment*"), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como Despesa quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: imóveis de uso e instalações em imóveis – 5%, móveis e utensílios – 20% e máquinas e equipamentos – 33%.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

São reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo os gastos com desenvolvimento diretamente necessários para fazer com que estejam prontos para serem utilizados pela Administração, líquido das respectivas amortizações e ajustado por redução ao valor recuperável ("*impairment*"). Os custos associados à manutenção destes ativos são reconhecidos como Despesa conforme incorridos.

A amortização do Ativo Intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: marcas e patentes – 20% e aquisições e desenvolvimento de software – 33%, considerando o período do contrato.

j) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho de 2021.

k) Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Referem-se aos valores mantidos em contas de pagamento, a pagar aos usuários vendedores, oriundos das transações da plataforma MercadoLivre.com e outras plataformas e que, no fim de cada exercício, não tenham sido resgatados. São registrados pelos valores das transações dos vendedores, líquido das comissões cobradas pelo Mercado Pago (percentuais sobre a venda realizada, processamento da transação na plataforma, parcelamento das compras, transferências financeiras da conta de pagamento para conta de depósito etc.).

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no momento da prestação de serviço de pagamento escolhida pelo comprador para quitação de um produto adquirido por meio do domínio Mercado Livre ou em domínios de outras plataformas de *e-commerce*. É apresentada líquida de impostos, devolução, abatimentos e descontos.

O Mercado Pago oferece também serviços de meios de pagamentos, fora da plataforma do Mercado Livre e pode ser contratado por qualquer empresa de comércio eletrônico. Nesta modalidade, as receitas também são reconhecidas no momento da opção do comprador por efetuar o pagamento por meio do Mercado Pago.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;

- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

n) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.

- Diferidos: os impostos diferidos podem ser reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Outros Resultados Abrangentes" diretamente no Patrimônio Líquido.

o) Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

p) Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa

q) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

s) Resultados por cotas

O prejuízo por cota é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos cotistas da Companhia pela quantidade média ponderada de cotas existentes durante o período.

4. DISPONIBILIDADES

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Depósitos bancários	353.199	784.430
Depósitos no exterior – moeda estrangeira (i)	8.694	1.529
Total	<u>361.893</u>	<u>785.959</u>

(i) São compostos por valores disponíveis em dólar em contas bancárias no exterior .

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

	<u>30.06.2021</u>		<u>31.12.2020</u>
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	294.821	294.821	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	193.934	193.934	726.724
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	-	8
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	100.887	100.887	45
Títulos públicos	4.299.932	4.299.873	3.885.094
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	4.299.932	4.299.873	3.885.094
Total	<u>4.594.754</u>	<u>4.594.694</u>	<u>4.611.870</u>

	<u>30.06.2021</u>			
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa				
Títulos privados	100.887	193.934	-	294.821
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	193.934	-	193.934
Cotas de fundos de investimento	100.887	-	-	100.887
Títulos públicos	-	3.293.297	1.006.576	4.299.873
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	-	3.293.297	1.006.576	4.299.873
Total	<u>100.887</u>	<u>3.487.231</u>	<u>1.006.576</u>	<u>4.594.694</u>

	<u>31.12.2020</u>			
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa				
Títulos privados	45	711.558	15.173	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	711.551	15.173	726.724
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	8	-	8
Cotas de fundos de investimento	45	-	-	45
Títulos públicos	-	3.540.222	344.871	3.885.094
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	-	3.540.222	344.871	3.885.094
Total	<u>45</u>	<u>4.251.781</u>	<u>360.045</u>	<u>4.611.870</u>

(i) São compostos por Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Resolução BACEN/DC nº 80 de 25 de março de 2021. São ativos que possuem alta liquidez no mercado. Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre de 2021 e exercício de 2020.

b) Instrumentos financeiros derivativos:

O Mercado Pago participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias de suas operações, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Tais instrumentos financeiros derivativos são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que alguns aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos etc

O único instrumento derivativo utilizado é o contrato a termo de moeda (*Non Deliverable Forward* – NDF), cuja metodologia de precificação para a apuração do valor de mercado é a utilização do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros.

Segregação por tipo de contrato, contraparte e notional:

		30.06.2021			
	Contraparte	Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
Contratos					
Termo de Moeda	Mercado de Balcão	570.251	-	(62.959)	
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa		414.855	-	(29.313)	
Total		985.106	-	(92.272)	
		31.12.2020			
	Contraparte	Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
Contratos					
Termo de Moeda	Mercado de Balcão	1.117.291	-	(18.955)	
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa		383.207	-	(14.854)	
Total		1.500.498	-	(33.809)	

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem vencimento entre 01 de julho de 2021 e 01 de junho de 2022.

Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Mercado Pago consistem em: hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa da empresa com exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas relativos a compra de dispositivos MPOS expressos em dólares americanos convertidos em reais.

O Mercado Pago aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata moeda futura através de NDF's (*Non-Deliverable Forward*) indexados a Dólar futuro e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de compra de máquinas MPOS indexados em dólares fluante e negociados através de um plano anual de aquisição.

Os mesmos derivativos serão adquiridos gradualmente, com o objetivo de cobrir o plano mensal de compras estipulados inicialmente no plano anual de aquisições de MPOS para os próximos 12 meses.

Estratégias	30.06.2021			31.12.2020
	Instrumentos de Hedge		Objeto	Objeto
	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Valor de Referência (Notional)	Valor de Referência (Notional)
Contratos de NDF				
Hedge Compra Futura de Ativo - USD x BRL (i)	414.855	(29.313)	375.878	383.171

(i) O valor do Ativo é referente ao montante do objeto de Hedge coberto na aquisição futura de máquinas MPOS. Os contratos de NDF (*Non-Deliverable Forward*) são adquiridos para cobrir o plano mensal dos próximos 12 meses com metodologia de cobertura de 80% para os 3 primeiros meses, 60% do 4º mês até o 6º mês, 40% do 7º mês até o 9º mês e 20% do 10º mês até o 12º mês. Em 30 de junho de 2021, o plano total de aquisição de ativos - MPOS corresponde a um valor de R\$ 693.070 (2020 R\$ 263.081).

c) Outros Ativos a Receber:

	30.06.2021	31.12.2020
Valores a receber – Adquirentes (i)	2.149.277	1.607.500
Valores a receber – Ligadas (ii) – nota 21	244.992	236.204
Valores a receber – Transações de pagamentos (iii)	7.996	26.952
Créditos vinculados - Conta de pagamento Instantâneo	88.544	296.972,00
Adiantamentos e antecipações salariais	180	-
Outros ativos a receber (iv)	106.910	15.764
Despesas antecipadas	32.318	8.300
Devedores por depósitos em garantia (v) (vi)	294.062	180.040
Total	2.924.279	2.371.732
Outros Créditos - Curto Prazo	2.641.722	2.191.692
Outros Créditos - Longo Prazo	282.557	180.040

(i) São constituídos pelos valores a receber das adquirentes oriundas das transações de cartões de crédito a vista e parcelado, dentro da plataforma Mercado Livre e outras plataformas com prazo médio de recebimento de 30 dias.

(ii) São transações a receber que o Mercado Pago possui com suas empresas coligadas - nota 21.

(iii) Correspondem substancialmente aos valores a receber de usuários finais, relativos a transações de pagamento, tais como: comissões cobradas dos usuários por conta do processamento do pagamento, tarifas de retiradas do dinheiro disponível da conta de pagamento pré-paga, comissão de transações realizadas com cartão pré-pago e processamento de vendas por meio de boletos.

(iv) Valores representados substancialmente por valores a receber de títulos e créditos a receber, outras comissões diversas de serviços de transações de pagamento e caixa a compensar.

(v) Correspondem substancialmente aos saldos depositados judicialmente referente ao processo judicial relacionado ao não recolhimento de determinados impostos sobre operações de remessas para a matriz MercadoLibre Argentina. Em 30 de junho de 2021, o total dos depósitos em juízo totalizavam R\$282.557 (Em 2020 - R\$ 168.088).

(vi) Corresponde a depósito para prestação de garantia solicitado pela empresa Visa International Service para cobertura de eventuais riscos, com valor fixo e sem remuneração. Em 30 de Junho de 2021, corresponde a um valor de R\$ 11.505 (Em 2020 - 11.952).

6. PROVISÃO PARA CHARGEBACK

O Mercado Pago realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores a receber de usuários finais, relativos às transações de pagamento. A movimentação do exercício findo em 30 de Junho de 2021 e exercício findo 31 de dezembro de 2020 está detalhada a seguir:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo inicial	(64.804)	(31.110)
Reversão	44.231	94.112
Constituição	<u>(31.719)</u>	<u>(127.805)</u>
Saldo final	(52.291)	(64.804)

7. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	<u>30.06.2021</u>			<u>31.12.2020</u>	
	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Residual	Saldo Residual
Software	33%	346.619	(185.641)	160.978	157.005
Software em desenvolvimento (i)	-	155.401	-	155.401	50.834
Total		502.020	(185.641)	316.379	207.839

(i) Corresponde às horas de serviços de TI necessárias para o desenvolvimento de novos softwares / sistemas.

b) Movimentação do intangível

	<u>30.06.2021</u>		
	Softwares	Desenvolvimento de software	Total
Saldos em 31.12.2020	157.005	50.834	207.839
Adições / transferências	42.345	104.567	146.912
Amortização	<u>(38.372)</u>	<u>-</u>	<u>(38.372)</u>
Saldos em 30.06.2021	160.978	155.401	316.379

8. DEPÓSITOS

Referem-se aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldos de livre movimentação	3.052.036	2.119.860
Obrigações por transação de Pagamentos (i)	1.231.960	1.865.200
Saldos bloqueados (ii)	<u>360.995</u>	<u>397.409</u>
Total	4.644.991	4.382.469

(i) Refere-se aos montantes que ainda não foram convertidos em moeda eletrônica tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos previstos no arranjo de pagamento para que estes se tornem disponíveis para livre utilização.

(ii) Se referem aos saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição e os valores a pagar a instituições participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento originadas de titular de conta de pagamento .

9. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto de valores a pagar a instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. No exercício findo de 30 de junho de 2021, são compostos pelas obrigações de liquidação junto as bandeiras de cartões de débito e crédito no valor de R\$ 140.233 (em 2020 - R\$78.244), com prazo de realização de até 27 dias. Em 30 de junho de 2021 a Companhia não possui valores a pagar com a empresa Cielo S.A (em 2020 - R\$66.000).

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Composição de obrigações por empréstimos

	30.06.2021	
	De 3 a 12 meses	Total
Em moeda nacional	351.392	351.392
	351.392	351.392

b) Movimentação dos Empréstimos

	31.12.2020	Captações		Pagamentos		30.06.2021
	Saldo Inicial	Principal	Juros apropriados	Principal	Juros	Saldo Final
Em moeda nacional	1.051.044	199.997	15.468	(888.332)	(26.785)	351.392
	1.051.044	199.997	15.468	(888.332)	(26.785)	351.392

Em 30 de junho de 2021, as obrigações por empréstimos no país possuem taxas pós fixadas entre: CDI +0,80% a CDI +0,98% ao ano.

Os empréstimos possuem cláusulas *covenants* quantitativos e qualitativos. No exercício findo em 30 de junho de 2021, não houve descumprimento das cláusulas *covenants* que poderiam acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre a Companhia e estas instituições financeiras.

11. OUTROS PASSIVOS DIVERSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2021	31.12.2020
Gratificações e participações a pagar	31.714	23.699
Total	31.714	23.699

b) Diversas

	30.06.2021	31.12.2020
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	2.420.016	1.864.426
Credores diversos - país (ii)	312.937	277.441
Provisão para pagamentos a efetuar	14.497	16.005
Total	2.747.450	2.157.872

c) Impostos e contribuições a recolher

	30.06.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições a recolher	108.276	102.965
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	58.487	58.348
Total	166.763	161.313

d) Total de Outros passivos diversos e Outras obrigações

	30.06.2021	31.12.2020
Outras Obrigações Curto Prazo	2.332.121	2.143.890
Outras Obrigações Longo Prazo (iii)	613.806	198.994
Total	2.945.927	2.342.884

(i) São constituídos substancialmente pelos valores que devem ser repassados para empresas coligadas nas operações de *shipping*, corresponde ao montante que é cobrado do usuário final por transação nas plataformas, líquido da parcela da receita de processamento do Mercado Pago e das operações com cédula de crédito bancário emitido a favor da empresa coligada Mercado Crédito SCFI. O restante dos valores inclui: rateio pelo uso da plataforma, rateio pelo processamento e utilização dos servidores de internet da matriz, reembolso de gastos, imagem corporativa etc.

(ii) São constituídos substancialmente por valores a pagar para fornecedores.

(iii) São constituídos substancialmente por valores referente ao recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre as remessas efetuadas para controladora na Argentina e das operações com cédula de crédito bancário emitido a favor da empresa coligada Mercado Crédito

12. PROVISÕES

O Mercado Pago, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista em diversas instâncias, ajuizados. A Administração da Companhia adotou como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião de seus assessores jurídicos externos, a análise das demandas judiciais pendentes e o histórico de perdas efetivas.

a) Composição das provisões

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo das provisões para ações judiciais é composto pelo seguinte:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão para ações judiciais (i)	21.010	17.930
Total	21.010	17.930

(i) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza cível de relação de consumo, trabalhistas e tributárias no qual há a probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.

A Companhia pleiteia judicialmente o não recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre remessas efetuadas para controladora na Argentina, relativas à prestação de serviços de IT, tendo em vista evitar a dupla tributação dos valores envolvidos nessas operações. Os assessores legais avaliaram que as chances de perda de tal causa é possível e, por essa razão, a Companhia efetua depósitos em juízo relativos a tais valores e demais processos enquanto discute a causa no âmbito judicial. Os valores depositados de tais valores e demais processos judiciais atualizados em 30 de junho de 2021 eram de R\$282.557 (2019 - R\$ 168.088) - nota 5.c (v).

Em 30 de outubro de 2020, o MercadoPago.com Representações Ltda recebeu autuações fiscais exigindo recolhimentos de imposto de renda no período de janeiro a dezembro de 2016, com as respectivas penalidades e multas. O fundamento utilizado pelo fisco é que algumas despesas específicas assumidas pelas subsidiárias brasileiras, como serviços de tecnologia importados do MercadoLibre S.R.L., Meli Uruguay S.R.L. e MercadoLibre Inc., deveriam ser consideradas indedutíveis para fins de imposto de renda. A conclusão foi feita com o argumento de não terem sido apresentados, durante a fiscalização, evidências suficientes de que esses serviços eram de fato necessários e efetivamente contratados e pagos pelas subsidiárias brasileiras. As avaliações foram apresentadas ao MercadoPago.com Representações Ltda. no valor total de R\$ 79 milhões, e as defesas foram ajuizadas em 1º de dezembro de 2020, argumentando que os acordos de contrato e outros documentos foram apresentados durante o auto de infração. As defesas foram complementadas com descrições específicas para cada projeto impactado por tais serviços, refletindo a essencialidade de todas as despesas consideradas dedutíveis e avaliadas pelo fisco. Esses processos aguardam julgamento de primeira instância do Tribunal Administrativo. A opinião da administração, com base na opinião de consultores jurídicos externos, é que o

b) Movimentação das provisões

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo inicial	17.930	15.966
Constituição/ (Reversão)	8.523	10.161
Pagamentos	(5.443)	(8.197)
Saldo final	21.010	17.930

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 447.340 representados por 447.339.985 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2020</u>
MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.	26,44	118.289.095	54,19	118.289.095
MercadoPago, LLC	71,32	319.050.000	41,23	90.000.000
Mercadolibre, INC.	2,24	10.000.890	4,58	10.000.890
Total (em reais)	100	447.339.985	100	218.289.985

Em AGE de 31 de janeiro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$20.000 mediante a emissão de 20.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 07 de julho de 2020.

Em AGE de 29 de setembro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, a integração como sócia da Companhia a empresa MERCADOPAGO.LLC via aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$90.000 mediante a emissão de 90.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 15 de dezembro de 2020.

Em AGE de 28 de dezembro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$129.050 mediante a emissão de 129.050.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 8 de abril de 2021.

Em AGE de 30 de abril de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$100.000 mediante a emissão de 100.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de junho de 2021.

b) Outros Resultados Abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de valorização ou desvalorização do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos líquidos de impostos, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos.

14. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	30.06.2021	30.06.2020
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	31.956	46.792
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(26.737)	109.489
Resultado de operações de câmbio	(4.154)	(183)
Juros por empréstimos	(15.468)	(19.143)
Total	(14.403)	136.955

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30.06.2021	30.06.2020
Receitas de prestação de serviço com meios de pagamentos (i)	3.407.651	1.954.104
Receitas com intermediação de serviços (ii)	55.844	44.738
Total	3.463.495	1.998.842

(i) Correspondem às receitas de transações de pagamentos, aquisição e comissões cobradas dos usuários finais de operações realizadas dentro da plataforma do Mercado Livre (processamento das operações e parcelamento de compras) ou de outras plataformas de e-commerce, pagamentos de compras e tarifa de retiradas.

(ii) Refere-se basicamente à outras receitas operacionais pelos serviços de intermediação no qual o Mercado Pago atua como correspondente bancário na originação de operações de crédito de bancos parceiros e provisões com vendas de MPOs.

16. DESPESAS DE PESSOAL

	30.06.2021	30.06.2020
Proventos	(211.960)	(118.171)
Encargos sociais	(18.984)	(9.956)
Benefícios	(12.976)	(3.365)
Treinamento	(86)	(1)
Total	(244.006)	(131.493)

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30.06.2021	30.06.2020
Despesa com processamento de dados	(37.034)	(122.570)
Despesa com promoções e relações públicas	(97.722)	(106.790)
Despesa com propaganda e publicidade	(69.109)	(17.138)
Despesa com depreciação e amortização	(40.479)	(25.645)
Despesa com serviços técnicos especializados	(17.076)	(19.701)
Outras despesas administrativas	(12.323)	(2.699)
Total	(273.743)	(294.543)

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30.06.2021	30.06.2020
Despesa de contribuição ao COFINS	(265.000)	(183.623)
Despesa de ISS	(67.795)	(44.661)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(57.286)	(39.509)
Outras despesas tributárias (i)	(102.607)	(22.090)
Total	(492.688)	(289.883)

(i) Correspondem substancialmente às despesas tributárias relacionadas a contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) e ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) .

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Despesa direta por transações de pagamentos (i)	(463.033)	(537.051)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento (ii)	(1.056.588)	(553.564)
Outras despesas operacionais (iii)	<u>(979.547)</u>	<u>(270.295)</u>
Total outras receitas/despesas operacionais	(2.499.168)	(1.360.910)

(i) Referem-se substancialmente às despesas e custos diretos por transação relacionadas meios de pagamentos.

(ii) Referem-se basicamente a despesas com serviços associados a transações de pagamentos, como por exemplo: emissões de boletos, custos associados a novas tecnologias, custos e comissões com revendedores, prevenção a fraude e chargeback.

(iii) Correspondem substancialmente às despesas relacionadas à comercialização de equipamentos (MPOS) e rateio de despesas e custos operacionais com partes relacionadas.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no resultado do exercício.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Prejuízo/Lucro antes do IRPJ e da CSLL (i)	(60.513)	58.968
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa/Receita de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	20.574	(20.049)
Efeito de itens permanentes		
Parcela dedutível de PCLD	-	158
Outros gastos não dedutíveis	(7.916)	(4.926)
Despesa de IRPJ e CSLL	12.659	(24.817)

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

Impostos diferidos ativos sobre:	31.12.2020	Constituição e Realização	30.06.2021
	PDD e <i>Chargeback</i>	23.155	3.190
Provisões para contingências e outras provisões	92.575	(15.453)	77.122
Depósito Judicial - Importação Serviço	(4.432)	(1.274)	(5.706)
Provisão para bônus	8.758	(42)	8.716
Derivativos	11.450	20.137	31.587
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	11.276	11.276
Outros	49	(29)	20
Total	131.555	17.805	149.360
Ativo Fiscal Diferido Ativo	135.987	19.079	155.066
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(4.432)	(1.274)	(5.706)
Total	131.555	17.805	149.360

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	<u>Em 1 ano</u>	<u>Em 5 anos</u>	<u>Saldo</u>
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	77.956	77.110	155.066

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2021 é de R\$131.928.

21. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2021, o Mercado Pago manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	30.06.2021			
	Valores a receber	Valores a pagar	Receita	Despesa
MercadoLivre Brasil	3.149	(64.210)	-	-
Mercado Envios Brasil	5.419	(373.515)	-	-
Ibazar Brasil	10	-	-	-
eBazar Brasil	123.090	(846.299)	-	-
Mercado Pago Int Argentina	86.685	-	-	-
MercadoLivre Argentina	-	(388.789)	-	(497.131)
MercadoLivre Inc Estados Unidos	-	(237)	-	-
Deremate.com Uruguai	-	(1.615)	-	(4.917)
MercadoLivre Colômbia	-	(5.847)	-	(17.825)
Meli Technology Estados Unidos	-	4.592	-	(5.842)
MercadoLivre Uruguai	-	(14.333)	-	(51.570)
MercadoLivre Chile	-	(676)	-	(1.091)
MercadoLivre México	-	(9.036)	-	(5.609)
FIDC CUP Trajetas de cred	24.488	-	-	-
Mercado Crédito - SCFI	2.151	(720.051)	-	(5.281)
Total	244.992	(2.420.016)	-	(589.266)

	31.12.2020			
	Valores a receber	Valores a pagar	Receita	Despesa
MercadoLivre Brasil	769	(29.182)	-	-
Mercado Envios Brasil	23.911	(391.399)	-	-
Ibazar Brasil	16	(2)	-	-
eBazar Brasil	130.966	(885.471)	-	-
Mercado Pago Int Argentina	80.441	-	-	-
MercadoLivre Argentina	-	(540.501)	-	(763.229)
MercadoLivre Inc Estados Unidos	-	(1.218)	-	(23.631)
Deremate.com Uruguai	-	(3.723)	-	(15.165)
MercadoLivre Colômbia	-	(2.179)	-	(2.857)
Meli Technology Estados Unidos	-	4.770	-	-
MercadoLivre Uruguai	-	(14.596)	-	(77.167)
MercadoLivre Chile	-	(928)	-	(1.478)
Mercado Crédito - SCFI	101	-	-	-
Total	236.204	(1.864.427)	-	(883.526)

A remuneração total dos administradores no exercício foi de R\$7.691 (R\$3.422 em 2020).

22. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

	30.06.2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	4.299.873	294.821	-	4.594.694
Títulos privados	-	294.821	-	294.821
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	193.934	-	193.934
Cotas de fundos de investimento	-	100.887	-	100.887
Outros	-	-	-	-
Títulos públicos	4.299.873	-	-	4.299.873
LFT - vinculados à prestação de garantias	4.299.873	-	-	4.299.873
Passivo				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(92.272)	-	(92.272)
Termo de Moeda - NDF	-	(62.959)	-	(62.959)
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	(29.313)	-	(29.313)
	31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	3.885.094	726.777	-	4.611.870
Títulos privados	-	726.777	-	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	726.724	-	726.724
Cotas de fundos de investimento	-	45	-	45
Outros	-	8	-	8
Títulos públicos	3.885.094	-	-	3.885.094
LFT - vinculados à prestação de garantias	3.885.094	-	-	3.885.094
Passivo				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(33.809)	-	(33.809)
Termo de Moeda - NDF	-	(18.955)	-	(18.955)
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	(14.854)	-	(14.854)

Em 2020 e no primeiro semestre de 2021, não ocorreram transferências entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

23. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, o Mercado Pago, adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e O Mercado Pago possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

O Grupo Mercado Livre instaurou um Comitê de Crise, composto pela Alta Administração das empresas/unidades de negócios do Grupo, entre elas o Mercado Pago. Este Comitê se reúne periodicamente onde são discutidas e definidas as principais diretrizes e medidas a serem seguidas pelas empresas do grupo, seguindo inclusive as diretrizes governamentais e legislativas relacionadas a pandemia do Covid-19. Dentre estas discussões e medidas estão os temas relacionados aos Riscos Operacional, de Liquidez, de Crédito, de Tecnologia e de Segurança da Informação. Esse Comitê também monitora os principais processos e controles da Companhia os quais estão operando normalmente.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>)

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: i) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento, ii) falhas de identificação e autenticação do usuário final, iii) falhas na autenticação das transações de pagamento, iv) fraudes internas e externas, v) práticas inadequadas relativas a usuários finais e serviços de pagamento etc.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.681/2013, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Riscos Financeiros. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos, limites mínimos de cobertura de saldo de moeda eletrônica de terceiros e de concentração de ativos. É feito também controle de antecipação de recebíveis junto às adquirentes que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Em caso de necessidade, a Companhia também pode recorrer à linhas de crédito pré-aprovadas em instituições parceiras, assim como a sua Matriz para obtenção de empréstimo de longo prazo.

A instituição possui dentro da estrutura de risco de mercado uma gestão específica para controle e gerenciamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*) verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para o gerenciamento do IRRBB e risco de taxa, a instituição utiliza como principais metodologias para gestão do risco as sensibilidades do DeltaEve e o Var Paramétrico. A Instituição busca proteção utilizando os mesmos índices para seus contratos de ativos e passivos mitigando os riscos inerentes da volatilidade das taxas. Os depósitos de clientes e os empréstimos que estão fixados em taxa CDI são protegidos pelas aplicações em títulos e valores mobiliários atrelados à mesma taxa variável de juros (CDI). Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através de dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reuniões sempre com viés de proteção a instituição da volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos.

O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartões e das adquirentes, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos. A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeita ao risco de crédito, procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

24. LIMITES OPERACIONAIS

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 308.009 (R\$ 265.853 em 2020), superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 262.548 (R\$ 204.965 em 2020).

25. RESULTADOS NÃO RECORRENTES E RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2021, o Mercado Pago não possui valores de resultados não recorrentes.

DocuSigned by:

Tulio Xavier de Oliveira

690F817E5DAA49B...

Tulio Xavier de Oliveira
Responsável Legal

DocuSigned by:

Regis Reis

EF65057C605B46B...

Regis Reis
Contador CRC-1SP 192454/O-8